



# BREVE HISTÓRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA/RS

---

**Daiane Vendramin**

*Universidade Federal de Santa Maria*

**Janete Webler Cancelier**

*Universidade Federal de Santa Maria*

**Marielen Priscila Kaufmann**

*Universidade Federal de Pelotas*

## RESUMO

A agricultura familiar desempenha importante papel de protagonismo na organização social contemporânea, tendo relevância por sua representatividade cultural, histórica e econômica, além de diminuir o êxodo rural. Os produtores rurais de pequena escala deixaram de ser vistos como adotantes de práticas agrícolas atrasadas, sendo hoje reconhecidos como produtores de alimento e detentores de práticas agrícolas sustentáveis que podem minimizar os impactos socioeconômicos causados pela agricultura latifundiária. O objetivo principal deste trabalho foi conhecer o histórico produtivo e a organização nas unidades de agricultura familiar de Nova Prata/RS. Para tanto, durante o ano de 2024, foi realizada pesquisa qualitativa exploratória através da aplicação de questionário aberto semiestruturado e diálogos com os agricultores familiares, além de pesquisa documental e levantamento de dados secundários no Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. No município, mais de 80% dos estabelecimentos são de agricultura familiar, com tamanho médio de 25 hectares. Nas unidades de agricultura familiar visitadas, os principais produtos comercializados por meio de cooperativas regionais são a pecuária de leite, avicultura e produção de grãos (principalmente soja e milho). Outros sistemas como a fabricação de embutidos, produção de ovos, horticultura orgânica e fruticultura também foram observados, e sua comercialização ocorre em escala local através da venda durante a feira semanal do produtor ou nos próprios estabelecimentos. Ainda, a administração destes estabelecimentos é feita pelos proprietários e a principal mão de obra utilizada é familiar. De forma geral, todos recebem alguma forma de assistência técnica, participam de associações e cooperativas e já tiveram acesso a créditos rurais. A agricultura familiar do município se mostrou diversificada e um importante patrimônio cultural que enfrenta o desafio de manter-se rentável financeiramente, encontrar soluções para a diminuição da mão de obra e adaptação às mudanças climáticas. Aumentar os incentivos públicos e a conscientização da sociedade sobre a relevância da

agricultura familiar são fatores chave para ampliar o alcance e a valorização destes atores sociais.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar, Histórico produtivo, Agricultura sustentável.

## Brief history of family farming in the municipality of Nova Prata/RS

---

### ABSTRACT

Family farming plays an important role in contemporary social organization, being relevant due to its cultural, historical, and economic representation, in addition to reducing rural exodus. Small-scale rural producers are no longer seen as adopters of backward agricultural practices, being now recognized as food producers and holders of sustainable agricultural practices that can minimize the socioeconomic impacts caused by commercial agriculture. The main objective of this study was to understand the productive history and organization of family farming units in Nova Prata/RS. For that, and along 2024, exploratory qualitative research was carried out through the application of a semi-structured open questionnaire and dialogues with the family farmers, in addition to documentary research and secondary data collection in the IBGE Automatic Recovery System - SIDRA. In the municipality, more than 80% of the agriculture establishments are family farms with an average size of 25 hectares. In the family farming units visited, the main products commercialized through regional cooperatives are dairy farming, poultry farming, and grain production (mainly soybeans and corn). Other systems such as sausage production, egg production, organic horticulture and fruit crops were also observed, and their commercialization occurs on a local scale through sales during the weekly farmers' market or in own establishments. Furthermore, these establishments are managed by the owners and the main labor force comes from the family itself. In general, everyone receives some technical assistance, participate in associations and cooperatives and already ad access to rural credit. Family farming in the municipality has proven to be diversified and an important cultural heritage that faces the challenge of keeping financially profitable, finding solutions to reduce labor costs as well as to adjust itself due to climate change. Increasing public incentives and raising awareness among society about the importance of family farming are key factors in expanding the range and valorization of these social actors.

**Keywords:** Family farming, Productive history, Sustainable agriculture

## INTRODUÇÃO

A década de 1990 marca o início histórico do conceito de agricultura familiar, já que até este momento estes atores sociais eram invisibilizados na esfera socioeconômica e política do Brasil, uma vez que a produção da grande propriedade rural era dominante sobre o modelo de agricultura de base familiar (Mattei, 2014; Picolotto, 2014). Nestas unidades familiares, a administração e a operação da propriedade são realizadas pela própria família e estes têm forte relação com a terra (Navarro, 2010). Sua relevância aumenta diante das características sociais, econômicas e culturais que possuem (Grisa; Gazolla; SCHNEIDER, 2010) que incluem, mas não se limitam às técnicas de produção, e que em função das regionalidades tornam a agricultura familiar heterogênea (Santos, 2004).

No Rio Grande do Sul, 80% dos estabelecimentos rurais são identificados como de agricultura familiar (IBGE, 2017), e na porção norte do território há o predomínio de pequenas propriedades rurais, devido principalmente à sua forma histórica de ocupação territorial (rio grande do Sul, 2021). Ainda assim, há carência por trabalhos de pesquisa acerca da representatividade da agricultura familiar e sua organização nos municípios com forte influência da imigração europeia como na região nordeste do estado.

Fica o questionamento quanto às práticas produtivas atuais e históricas, a organização familiar e o possível legado e relevância da organização social, cultural e econômica da agricultura familiar para a sociedade. Nesse contexto, o município de Nova Prata com sua área urbana de vocação industrial (IBGE, 2010) e área rural majoritariamente formada por estabelecimentos de agricultura familiar (IBGE, 2017) carece de esforços de pesquisa para relacionar o caráter histórico-cultural dos agricultores com a dinâmica social e produtiva atuais.

Assim, objetivou-se conhecer o histórico e a organização nas unidades produtivas de agricultura familiar de Nova Prata. Mais especificamente, almeja-se identificar as principais atividades produtivas, compreender a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento municipal, além de descrever os fatores socioeconômicos que influenciam a permanência das famílias no ambiente rural e quais são as perspectivas futuras, desafios e limitações relacionadas com as unidades de agricultura familiar no município.

Para tal, este trabalho foi dividido em uma seção introdutória que engloba a descrição do município de Nova Prata/RS e a metodologia aplicada. Esta utilizou uma abordagem qualitativa exploratória com foco na aplicação de questionário aberto semiestruturado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e diálogos com agricultores familiares do município. Além disso, foi realizada pesquisa teórica e documental de caráter exploratório, bem como uma análise desses dados. Na sequência do trabalho encontra-se a revisão de literatura sobre o assunto central da pesquisa, e os resultados e discussão acerca da realidade encontrada no município. A seguir estão apresentadas tanto as considerações finais como as

referências utilizadas para embasar teoricamente este trabalho, por último os apêndices.

É importante considerar que o agricultor familiar encontra-se em uma matriz complexa que reflete a relação deste ator social com o seu entorno (Mattei, 2014; Picolotto, 2014), relação essa capaz de resistir historicamente à lógica de monocultura dos grandes latifúndios. Para vislumbrar esse contexto é necessário considerar aspectos sociais como a administração da propriedade, aspectos econômicos como os diferentes sistemas produtivos e a relação da unidade familiar com o meio ambiente. Assim, ao final deste trabalho espera-se formar um panorama geral sobre a agricultura familiar no município de Nova Prata/RS.

### LOCAL DE PESQUISA

Ao pensar na ocupação europeia do território do Rio Grande do Sul, o estado teve várias etapas históricas, iniciando com as povoações jesuíticas (a partir de 1626). Contudo, essa expansão colonizadora encontrou povos originários (etnias como Guarani, Kaingang, Charrua e Minuano, por exemplo) que já habitavam o território gaúcho. Com a ocupação portuguesa, o território nacional foi dividido em capitanias, sendo aqui a capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul formada por quatro municípios originais (Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha) (Almeida, 2008; Rio Grande do Sul, 2021).

A ocupação das terras gaúchas ocorreu com divisão espacial que contava com a região do Pampa ocupada mediante a distribuição de grandes áreas de terra, contrapondo as regiões montanhosas de serras, matas de araucárias e vales de rios ocupadas por imigrantes europeus (açorianos a partir de 1752, alemães em 1824 e italianos em 1875) (Brumer *et al.*, 1997; Herédia, 2001; Rio Grande do Sul, 2021). Nestas, a ocupação da terra se fez mediante a doação de terras devolutas e resultou em propriedades rurais menores focadas na produção de alimentos para consumo próprio e que deram origem a inúmeros núcleos urbanos e diversificação da atividade econômica (Herédia, 2001; Rio Grande do Sul, 2021).

As terras devolutas ocupadas pelos imigrantes italianos, localizavam-se na encosta superior do Nordeste, onde em 1870 foram estabelecidas as colônias de Conde D'Eu (atual município de Garibaldi) e de Dona Isabel (atual município de Bento Gonçalves) (Herédia, 2001). A colonização italiana se expandiu e novas colônias foram formadas como, por exemplo, a de Alfredo Chaves (atual município de Veranópolis) no ano de 1894 (Almeida, 2008). Nesta colônia estava inserido o território do atual município de Nova Prata e sua genealogia foi descrita na Tabela 1.

Um dos personagens do processo emancipatório do povoamento de Capoeiras foi o espanhol Silvério Antônio de Araújo que, segundo registros históricos, viabilizou junto ao povo Kaingang a passagem de estrada de acesso a Porto Alegre. Este, então, foi contemplado com a doação de terras que compõem praticamente toda a área atual do município de Nova Prata. Posteriormente, a família fez a doação

(1904) dessas terras para a Sociedade Protetora da Igreja São João Batista do Herval, que junto da comunidade local fomentou a emancipação (sob o nome de Prata) obtida em 1924 com o então presidente do estado, Borges de Medeiros (Xerri, 2004). A imigração que forma a diversidade étnica atual teve contribuições de italianos, poloneses, alemães, árabes e espanhóis junto dos já estabelecidos portugueses (Xerri, 2004; Nova Prata, 2024).

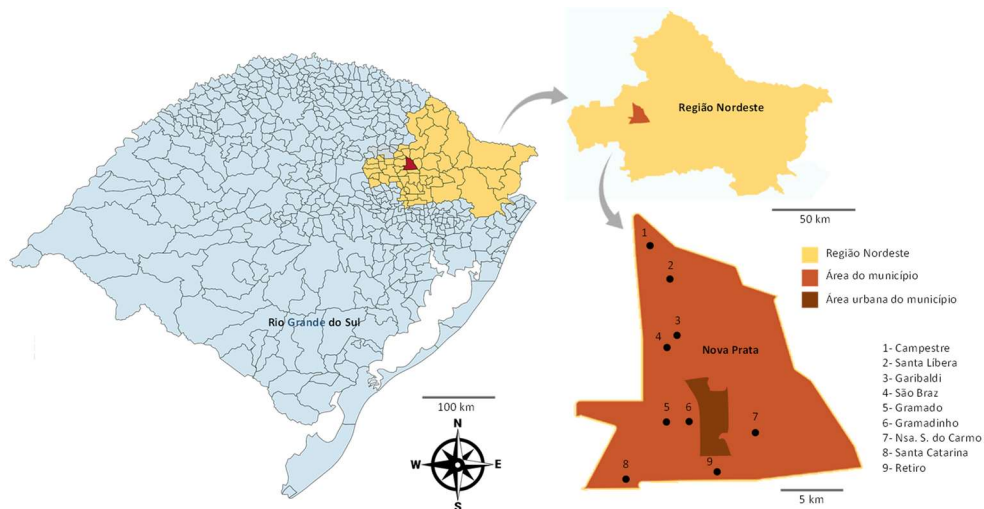
**Tabela 1.** Genealogia histórica do município de Nova Prata.

| Município                 | Emancipação           | Observação            |
|---------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Santo Antônio da Patrulha | 7 de outubro de 1809  | Município Original    |
| Vacaria                   | 1 de abril de 1878    |                       |
| Lagoa Vermelha            | 10 de maio de 1881    |                       |
| Veranópolis               | 15 de janeiro de 1898 | Antiga Alfredo Chaves |
| Nova Prata                | 11 de agosto de 1924  | Antiga Capoeiras      |

Fonte: Adaptado de Moraes; Cunha (2018).

E, desde 1966, os agricultores de Nova Prata contam com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (que atualmente também atende o município de Vista Alegre do Prata), idealizado em 1962 por meio da Carta Sindical 154.263/62. Filiado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Rio Grande do Sul e denominado inicialmente de Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais de Nova Prata, começou com 131 associados, e teve como fato motivador a dificuldade em negociação de preços de safra e/ou com intempéries que até então eram resolvidas individualmente (Xerri, 2004).

O espaço rural do município é dividido em mais de 20 comunidades rurais (Xerri, 2004) e para esta pesquisa foram realizadas visitas em propriedades de agricultura familiar nas comunidades de: Capela de Santo Antão (Campestre), Gramado, Gramadinho, Capela de São Luiz (Garibaldi), São Judas Tadeu (Retiro), Capela Santa Catarina, Capela de Santa Líbera, Capela de São Braz e Nossa Senhora do Carmo (Figura 1).

**Figura 1.** Localização do município de Nova Prata e comunidades rurais visitadas.

Fonte: Organizado pelas autoras a partir do Mapchart (2024).

Localizado na microrregião do Alto Taquari, denominada de Encosta Superior do Nordeste e inserido no Bioma Mata Atlântica (fitofisionomia Floresta Ombrófila Mista) (IBGE, 2012), o município de Nova Prata tem área territorial de 259,941 km<sup>2</sup> (Nova Prata, 2024). Caracteriza-se por apresentar relevo ondulado, altitude entre 600 e 800 metros, temperatura média anual entre 16 e 20 °C e clima tipo Cfb (temperado úmido) (Alvares *et al.*, 2013). Ao norte, faz limite com os municípios de Guabiju (antigo distrito) e André da Rocha, sul com Vila Flores e Fagundes Varela, oeste com Nova Bassano (antigo distrito), Nova Araçá e Vista Alegre do Prata (antigos distritos) e ao leste com o município de Protásio Alves (antigo distrito) (Nova Prata, 2024).

Atualmente, a população pratense é de 25.692 pessoas (IBGE, 2022), sendo aproximadamente 82% destes residentes na área urbana (IBGE, 2010). A população apresentava, no ano de 2018, taxa de analfabetismo de 2,9% na faixa de 15 anos ou mais (Secretaria Municipal de Educação, 2024). Em relação ao desenvolvimento humano municipal, o IDHM, foi de 0,766 em 2010, estando acima do valor nacional (0,727). No mesmo ano, a desigualdade na distribuição de renda medida pelo Índice de Gini foi de 0,43, abaixo do valor nacional de 0,60 (Atlas Brasil, 2024).

O primeiro ciclo econômico do município se baseou na extração de madeira (Xerri, 2021), tendo hoje a economia diversificada e que se distribui majoritariamente entre os segmentos da indústria de transformação com 29% da população envolvida (valor nacional de 11,9%), setor de serviços (31,5%, frente ao valor nacional de 44,3%) e agropecuário que ocupa 11,5% da população (no Brasil, o valor é de 13,5%). Ainda, o município é conhecido por ser a “Capital Nacional do Basalto”, e 3,61% dos municípios estão envolvidos com a atividade de extração mineral (IBGE, 2010).

O município, segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, contava com 388 estabelecimentos rurais – sendo 324 unidades registradas como pertencentes a agricultura familiar, o que corresponde a 83,5% do total (IBGE, 2017). A área plantada, em 2021, foi de 5.822 hectares (22% do território municipal), sobretudo com cultivo de soja (3.500 ha, 60% do total) e milho (1.750 ha, 30% do total). Neste ano, a soma do Valor Agregado Bruto (VAB) da atividade agropecuária foi de R\$ 94,5 milhões, representando 6,5% da receita municipal (DEE/SPGG, 2024), denotando sua contribuição para a economia local.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada no município de Nova Prata/RS e ocorreu durante o ano de 2024. Para a mesma fez-se uso de abordagem qualitativa exploratória através da aplicação de questionário (Apêndice A) aberto e semiestruturado (GIL, 1999) ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Ainda, foram realizados diálogos (Apêndice B) com agricultores familiares do município, pesquisa teórica, documental e análise de dados. Para a aplicação deste questionário foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C). A partir da indicação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, agricultores familiares de 9 comunidades rurais do município participaram da pesquisa. Ao todo foram realizados diálogos com 11 agricultores familiares, estes ocorreram ora nas propriedades e com a participação de toda a família, ora durante a feira do produtor do município.

Na sequência, foi realizado uma pesquisa documental de fase exploratória (GIL, 2002), objetivando investigar mudanças socioeconômicos, estruturais e produtivas nas unidades agrícolas através de dados históricos entre os anos de 1990 e 2022. Além do levantamento dos dados primários, os dados secundários foram obtidos através do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (Banco de Tabelas Estatísticas), que mantém os dados oriundos de pesquisas periódicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os bancos de dados consultados foram Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) (2023), Produção Agrícola Municipal (PAM) (2023) e dados do Censo Demográfico (2000; 2010; 2022) e Agropecuário (1995-1996; 2017).

## **A CONFORMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

A Revolução agrícola, um dos grandes saltos da humanidade, iniciou pela domesticação das sementes e substituição de um estilo de vida nômade pelo trabalho cotidiano com a terra (Harari, 2015), criando raízes que deram origem ao que hoje chamamos de agricultura. Ou seja, esta pode ser compreendida como a atividade histórica e econômica de produção de alimentos através da interação da humanidade com o ambiente (Lima; Silva; Iwata, 2019).

Ainda que a prática da agricultura tenha iniciado pela ocupação de terras férteis de vales de rios, lentamente se expandiu para terrenos inicialmente considerados inadequados e hoje ocupa boa parte do planeta devido a técnicas e

procedimentos capaz de aumentar a produtividade de forma contínua. Juntamente com o advento da indústria, hoje a agricultura é fortemente dependente de inovações técnicas e se encontra inserida na lógica capitalista de negócio, geração de renda e organização social (Lima; Silva; Iwata, 2019).

Ao avançar na história, é hora de falar na trajetória rural brasileira. Os povos originários que aqui habitavam detinham conhecimento sólido de manejo de solo e diversificação de culturas, com produção voltada para o próprio consumo, contemplando empiricamente saberes sobre topografia, drenagem e fertilidade do solo (Alves, 2001). Ou seja, existia uma prática consistente de agricultura familiar em nosso país (Mattei, 2014). Porém, com a chegada da coroa portuguesa e a criação das capitânicas hereditárias, a lógica de ocupação e uso do território foi alterada e o impacto desse processo histórico permeia a trajetória da nação brasileira (Fernandes; Welch; Gonçalves, 2012).

A estrutura fundiária brasileira baseada no latifúndio permaneceu inalterada (Wanderley, 2000; Picolotto, 2014), estando orientada pela prática de agricultura patronal (Veiga, 1996), e por décadas incentivada pelo Estado (Mattei, 2014). Inserida nesse contexto, a modernização da agricultura tem como fatos históricos o aumento da tratorização e o uso intensivo de agroquímicos (Delgado, 1985) para produção de commodities em áreas de latifúndio, com viés de comercialização via exportação (Mattei, 2014; Picolotto, 2014). Esta prática já fora vista em outros ciclos econômicos do país como o pau-brasil, cana de açúcar, café e algodão que, a despeito da riqueza gerada, não deixaram legado para a sociedade em aspectos como igualdade social e distribuição de renda (Mattei, 2014).

O processo de modernização da agricultura desvalorizou o modelo de agricultura praticada nas propriedades rurais familiares, rotulando-as como atrasadas e ineficientes e excluindo-as do processo. Este cenário começou a mudar a partir de reivindicações sindicais originadas no início da década de 1990, incorporando a categoria de agricultores familiares ao ambiente político nacional. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), portanto, é um reconhecimento da especificidade dessa categoria, agora denominada de agricultura familiar (Picolotto, 2014). Assim, a instituição do PRONAF em 1996 objetivou fortalecer a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável através da geração de emprego e renda (Brasil, 1996).

O marco legal da agricultura familiar foi a Lei nº 11.326/2006 que estabeleceu a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Brasil, 2006). Atualmente, o Decreto nº 9.064/2017 regulamenta a lei citada acima, definindo esse grupo social como Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA). Para isso, a UFPA é considerada um empreendimento familiar rural cujos critérios incluem tamanho da área (até quatro módulos fiscais), processo produtivo (com, no mínimo, metade da força de trabalho familiar), geração de renda (ao menos metade da renda familiar) e gestão da propriedade praticada pela família (BRASIL, 2017). Este último, segundo Navarro (2010) traduz o caráter social intrínseco desse modelo de agricultura.

O arcabouço legal em que se amparam as políticas públicas voltadas para o incentivo da agricultura familiar vem crescendo em função da demanda de ampliação dos recursos financeiros que a viabilizam, da regulação de sua prática bem como dos aspectos relacionados com sua produção e comercialização (Picolotto, 2014). Como exemplo de instrumentos legais específicos para a agricultura familiar, há o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o próprio PRONAF (Grisa, 2010). Ainda que apenas 15% dos estabelecimentos rurais façam uso de financiamento (IBGE, 2017), o PRONAF é o principal fomentador do empreendedorismo e diversificação das atividades agrícolas no país, seja pelo número de beneficiários (mais de 320 mil estabelecimentos), regiões atendidas e recursos aplicados (Grisa; Schneider, 2014; IBGE, 2017).

A prática da agricultura familiar é responsável pela produção da maioria dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e da geração de renda para a maior parte das famílias rurais (CONAB, 2021). Por exemplo, a produção nacional de mais de 80% do feijão preto, da mandioca e do leite comercializado cru ocorre em unidades de agricultura familiar e, estas representam mais de 70% das propriedades rurais do Brasil (IBGE, 2017). Esses números endossam a nova identidade da agricultura familiar, reconhecendo-a como produtora de alimentos, eficiente e sustentável (Picolotto, 2014).

Os agricultores familiares são, sem dúvida, atores sociais relevantes na sociedade moderna em função das atividades que desenvolvem, de sua representatividade e na forma como moldam e geram perspectivas para a sociedade (WANDERLEY, 2001; 2003). Eles são portadores de uma tradição e um contexto histórico únicos e que se mostram adaptados às condições modernas de produção e convivência em sociedade. Ainda, como destaca Picolotto (2014), possuem vantagens sociais, econômicas e ambientais frente ao modelo patronal de agricultura.

Em decorrência da complexidade das unidades familiares faz-se necessário uma visão global sobre as propriedades, desde os saberes do agricultor familiar e de sua família, passando pelo uso da terra, pela produção agrícola, além de incluir o destino dos produtos, ou seja, é necessário ter uma abordagem sistêmica (DE Andrade, 2010). Essa visão inclui elementos como os diferentes sistemas de cultivo em uma mesma propriedade, os objetivos socioeconômicos da família e a interação destes com o meio ambiente e a circunvizinhança. Assim, pode-se definir que as unidades de produção agrícola são a soma do sistema social e natural de um dado local em um determinado período de tempo (Miguel; Mazoyer; Roudart, 2018; Stamberg, 2022).

Atualmente, com o processo de êxodo rural intensificado, sobretudo a partir da intensificação da modernização da agricultura, há um cenário crítico em relação a reprodução social e econômica da agricultura familiar. A falta de sucessão familiar é resultado principalmente da migração rural-urbana de jovens que buscam melhores condições de trabalho e estudos, também é resultado da desvalorização

do trabalho rural, falta de autonomia e oportunidades (Breitenbach; Corazza, 2017).

Além disso, o viés de autoconsumo precisa ser visto como característica-chave desse sistema complexo, devendo ser interpretado como estratégia que gera autonomia sobre a alimentação (já que possibilita o acesso direto aos alimentos, sem intermediários) além de gerar renda não monetária e garantir a diversificação das atividades produtivas (o que eleva a estabilidade econômica frente à lógica de monoculturas). Muito mais do que uma atividade secundária ou alternativa, o reconhecimento da importância da “lavoura” de cada unidade familiar, tanto pelo próprio produtor como pelas políticas públicas focadas no meio agrícola, é importante para que não se torne invisível esse relevante aspecto cultural das propriedades rurais brasileiras (Grisa; Gazolla; Schneider, 2010).

### **BASES PARA A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA – ENTRE O CONVENCIONAL E O SUSTENTÁVEL**

As primeiras práticas agrícolas datam de mais de 10 mil anos atrás, mas o que se conhece por agricultura moderna se alicerça no racional teórico da Revolução Industrial e, assim, se insere no setor econômico primário da economia mundial ao lado da indústria (Lima; Silva; Iwata, 2019). O modelo agrícola introduzido no Brasil, sobretudo a partir da década de 1960, teve como referência a Revolução Verde que preconizava a reprodução de processos de desenvolvimento para os espaços rurais com ênfase no urbano e no industrial, sob a justificativa de modernização da agricultura (de Oliveira; de Oliveira, 2018).

No contexto brasileiro, a modernização agrícola encontrou incentivo do Estado e espaço nos grandes latifúndios. A política agrícola iniciada na década de 60 facilitou a obtenção de créditos rurais, preços mínimos e seguro para a produção de grandes produtores de commodities para o mercado de exportação. Contudo, esse processo de modernização alavancou a concentração de terras e a exclusão social dos agricultores familiares (Mattei, 2014) e, com isso, a prática da monocultura agravou a insegurança alimentar e os problemas socioambientais brasileiros (Costabeber; Caporal; Wizniewsky, 2013).

O principal impacto ambiental oriundo da agricultura convencional foi o aumento da erosão e, conseqüentemente, a diminuição da matéria orgânica dos solos com recorrente necessidade de aplicação de maiores quantidades de fertilizantes. Estes, por sua vez, são lixiviados para os corpos d’água e aumentam as taxas de contaminação dos mananciais (Ehlers, 1994). Como destaca o autor Altieri (1993), o ecossistema se torna insustentável no momento em que reduz sua capacidade produtiva e, atualmente, um dos principais desafios da agricultura é justamente produzir alimentos de forma mais sustentável (Costabeber; Caporal; Wizniewsky, 2013). Ou seja, encontrar o equilíbrio que mantenha a produtividade que atenda a demanda da população enquanto garante a conservação dos recursos naturais (Ehlers, 1994).

Ainda na década de 1970 havia a preocupação com a insustentabilidade da agricultura disseminada nos EUA (Pimentel *et al.*, 1973). Assim, com base nos conceitos apresentados através do Relatório de Brundtland (1987), o termo desenvolvimento sustentável começou a ser disseminado e caracteriza-se pela busca em atender as necessidades de nossa geração sem comprometimento dos recursos para as gerações futuras (Caporal; Costabeber, 2004). Para além disso, a chave do desenvolvimento deve ser cultural na medida em que coleta o conhecimento tradicional, faz uso da evolução técnica e considera a regulação de mercado imperfeita para garantir a sustentabilidade (Caporal; Costabeber, 2004).

Portanto, pensar em agriculturas alternativas de base ecológica e mais sustentáveis é um contraponto à atual e disseminada agricultura industrial. Uma agricultura sustentável caracteriza-se por ser perene e estar de acordo com os princípios de uma sociedade sustentável, ou seja, estar pautada em estratégias ecológicas, sociais, econômicas e culturais de cada comunidade, pensando eticamente nas atuais e futuras gerações e conservando os recursos naturais e a biodiversidade de cada local (Costabeber; Caporal; Wizniewsky, 2013). É urgente pensar em alternativas para adubação, aumento da produtividade, controle de vetores e doenças sem o uso maciço de pesticidas e defensivos agrícolas. Outrossim, é fundamental conscientizar politicamente, economicamente e socialmente a população sobre a importância de adotar práticas agroecológicas que resultem na conservação dos recursos naturais finitos (Caporal; Paulus; Costabeber, 2009).

O conhecimento científico que parte dos conceitos da Agroecologia pode contribuir e direcionar o atual sistema rural para um desenvolvimento rural mais sustentável (Caporal, 2009). A ciência agroecológica, por se basear em diversas áreas do conhecimento técnico científico, e reconhecer a importância dos saberes dos povos ancestrais e dos camponeses (Caporal; Costabeber, 2004), é uma importante metodologia para estudar e trabalhar com os agroecossistemas e a conservação da agrobiodiversidade (Lopes; Lopes, 2011). É necessário também pensar a agricultura sob a ótica da ecologia (Altieri, 2001), mantendo a diversidade biológica de cada região e o agroecossistema como a unidade fundamental para implementar mudanças no contexto de desenvolvimento rural.

Com isso, a agroecologia é parte constitutiva de uma transição agroecológica e esta é entendida como uma mudança gradual, contínua e dinâmica, com caráter multilinear, cujo ritmo será definido pelas condições ambientais, socioeconômicas e culturais do local (Costabeber; Caporal; Wizniewsky, 2013). Durante o processo de transição agroecológica, ocorre nos agroecossistemas uma passagem de ambientes degradados pela agricultura convencional para agroecossistemas mais sustentáveis (Caporal, 2020). Ainda, considerando as condições biofísicas de cada local, a transição agroecológica busca o maior retorno produtivo e econômico através de uma mudança social e política (Altieri, 2002; Costabeber; Caporal; Wizniewsky, 2013) e por considerar vários campos do conhecimento, fundamenta-se no conhecimento científico e no progresso tecnológico (Caporal; Costabeber, 2004).

A agricultura de base ecológica não é simplesmente aquela que elimina o uso de defensivos agrícolas durante o processo produtivo, mas sim aquela que respeita as circunstâncias socioeconômicas e as características biofísicas de cada local (Costabeber; CAPORAL; WIZNIEWSKY, 2013). A racionalização do uso e a substituição de agroquímicos, fazem parte do processo de transição agroecológica juntamente com a reorganização do sistema produtivo baseado no manejo da agrobiodiversidade e na solução de problemas de degradação ambiental que ainda estão presentes na propriedade (Gliessman, 2000; Costabeber; Caporal; Wizniewsky, 2013). Assim, nessa etapa é interessante pensar em sistemas agroflorestais, sistemas rotativos de cultura, policultivos e manejo adequado do solo como exemplos de práticas desejáveis (Caporal, 2009).

Com essa abordagem, em resumo, busca-se o aumento da heterogeneidade do ambiente na medida em que ambientes mais complexos são propícios para uma maior diversidade biológica e, conseqüentemente, maior resiliência. Dessa forma, tem-se agroecossistemas menos suscetíveis aos ataques de “pragas” e a distúrbios ambientais e, sob a perspectiva ecológico-produtiva potencial para o aumento da biodiversidade no agroecossistema. Ainda, esse processo tem o potencial de garantir segurança alimentar para todos, mudanças sociais e econômicas aos envolvidos e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais, para a atual e as futuras gerações (Caporal, 2020).

Por fim, a transição para uma agricultura mais sustentável pode ser considerada uma ferramenta valiosa para o enfrentamento da exclusão econômica e social dos agricultores familiares, além da mitigação da deterioração ambiental atual e, certamente, de auxílio para o processo de desenvolvimento sustentável no meio rural (Costabeber; Moyano, 2000, Lopes; Lopes, 2011). E com isso, tem o potencial de preencher as lacunas históricas deixadas pela hegemonia da agricultura latifundiária.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Nova Prata tem parcela significativa de agricultores familiares, uma vez que em seu espaço rural foram contabilizados 388 estabelecimentos agropecuários, dos quais 80% eram de agricultura familiar e ocupavam 40% deste espaço (IBGE, 2017). No entendimento dos entrevistados, a agricultura familiar é importante ao gerar renda, produzir alimento, valorizar a produção artesanal, viabilizar o fornecimento de alimentos mais saudáveis e menos processados para as escolas, além da manutenção das pessoas no meio rural. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais destaca ainda que a diversidade de alimentos produzidos e de formas de utilização da terra são as principais contribuições da agricultura familiar para o município.

No ano de 1991, a população rural era formada por 30% dos munícipes pratenses (IBGE, 2000) e, em 2010, a fração da população rural diminuiu para 18% (IBGE, 2010). Nesse mesmo período, foi observado um aumento da população urbana de

85% para o Rio Grande do Sul e de 78% para Nova Prata (IBGE, 2000; 2010). O espaço rural do município corresponde a 13.213 hectares (IBGE, 2017).

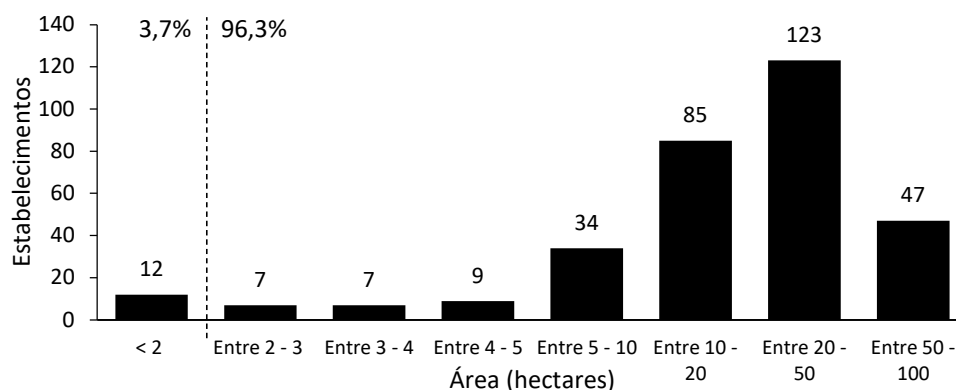
Nos estabelecimentos visitados residem entre 3 e 7 pessoas e a mão de obra familiar é regra, sendo que o auxílio de diarista (pessoas da própria comunidade/parentes) pode ocorrer nos períodos de aumento de demanda de trabalho. Os entrevistados com mais de 45 anos afirmaram ter perspectiva de sucessão familiar em suas propriedades.

Outro aspecto é a permanência dos agricultores familiares no espaço rural, relatada como sendo fortemente influenciada pela identificação com o local, além da possibilidade de empreender, ganho de qualidade de vida e o fato de haver uma infraestrutura na propriedade. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais confirma este último aspecto e destaca que a possibilidade de produção agropecuária em larga escala para a geração de renda é outro aspecto relevante.

O tamanho das propriedades rurais é um requisito (até 4 módulos fiscais) que define agricultura familiar (BRASIL, 2017) e um importante capital natural (Aquino; Gazolla; Schneider, 2016). Por definição, minifúndios são propriedades com área inferior a fração mínima e pequenas propriedades possuem área entre a fração mínima de parcelamento e 4 módulos fiscais. Assim, em Nova Prata, o tamanho máximo da unidade de agricultura familiar corresponde a 80 hectares e a fração mínima de parcelamento corresponde a 2 hectares (INCRA, 2024).

Os diálogos com os agricultores familiares permitiram observar que os estabelecimentos visitados possuem entre um e quarenta hectares, principalmente oriundas de herança familiar, ainda que a compra e arrendamento estejam presentes (Schneider, 2003). A Figura 2 apresenta a distribuição das propriedades de agricultura familiar deste município em função de sua área territorial e evidencia que 154 estabelecimentos estão abaixo do valor médio de área (25 hectares) e 12 estabelecimentos podem ser considerados minifúndios (IBGE, 2017), denotando assimetria negativa na distribuição dos dados.

**Figura 2.** Estrutura fundiária de Nova Prata em 2017.



Fonte: Adaptado de IBGE (2017).

Os sistemas de produção que geram renda nessas propriedades incluem desde a pecuária de leite (Figura 3A), avicultura, produção de grãos (principalmente soja e milho), fabricação de embutidos, produção de ovos e horticultura orgânica (Figura 3B), além da fruticultura com destaque para a produção de uvas (Figura 3C). Uma atividade importante para o bem-estar e saúde dos agricultores familiares é a produção de itens para autoconsumo (Grisa; Gazolla; Schneider, 2010) e, de forma geral, esta prática foi observada e está presente através do cultivo de hortaliças, frutíferas, pequenos rebanhos, além do beneficiamento de geleias (figo, goiaba e uva), compotas (pepino e pêssago) (Figura 3D), vinhos, sucos, queijos e massa de tomate.

**Figura 3.** Registros fotográficos do (A) galpão de ordenha, (B) produção de uvas, (C) produção de hortaliças orgânicas e (D) produção de pêssagos.



Fonte: Registro pessoal da autora (2024).

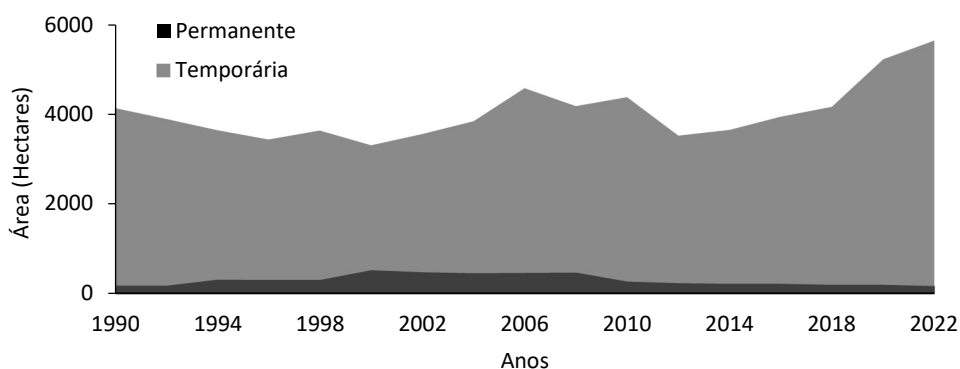
Nas propriedades com as menores áreas e/ou relevo ondulado fica mais evidente a adoção de práticas de agricultura sustentável. Por exemplo, nos estabelecimentos com produção de uvas nota-se a intenção de associação com práticas de turismo rural, além da adoção de práticas como cobertura verde no solo e cobertura do parreiral, prática que o entrevistado relata diminuir o uso de fungicidas e inseticidas. Esses estabelecimentos incentivam a venda direta da uva aos consumidores e proporcionam a experiência de colheita do produto, ambas

características de cadeias curtas que tem o intuito de aproximar consumidor e produtor, reduzindo intermediários e agregando valor (Gazolla; Schneider, 2017).

As propriedades com iniciativas de base agroecológica como para a produção de ovos e hortaliças são outro exemplo. Em Nova Prata, a produção da horticultura orgânica iniciou a mais de 25 anos, sendo umas das propriedades visitadas a pioneira nessa produção e atualmente um dos estabelecimentos que possui selo de produção orgânica. Esta por exemplo, forneceu produtos orgânicos para as escolas por cerca de 15 anos e incentivou a educação ambiental, sendo espaço para visita de estudantes do município (753 estudantes em 2019). Contudo, o produtor relata que a conscientização dos consumidores quanto a importância desses produtos ganhou força recentemente (5 anos), corroborando com a pesquisa Organis (2023).

O espaço das propriedades é multifacetado, nele ocorrem atividades de lazer, sociabilização familiar além de ser área de moradia e de trabalho (SCHNEIDER, 2003). Ao pensar no uso da terra das propriedades pesquisadas, as menores áreas de vegetação nativa ocupam até 4% da propriedade, enquanto aquelas com as maiores áreas possuem cerca de 50% de suas propriedades com vegetação nativa. Ainda, nesses estabelecimentos a cultura agrícola ocupa espaço significativo, em média 60% do total. E ao analisar historicamente, observa-se que na área municipal destinada às lavouras temporárias e permanentes (Figura 4) houve mudanças ao longo dos anos (Produção Agrícola Municipal, 2023).

**Figura 4.** Variação histórica da área destinada para produção agrícola em Nova Prata.



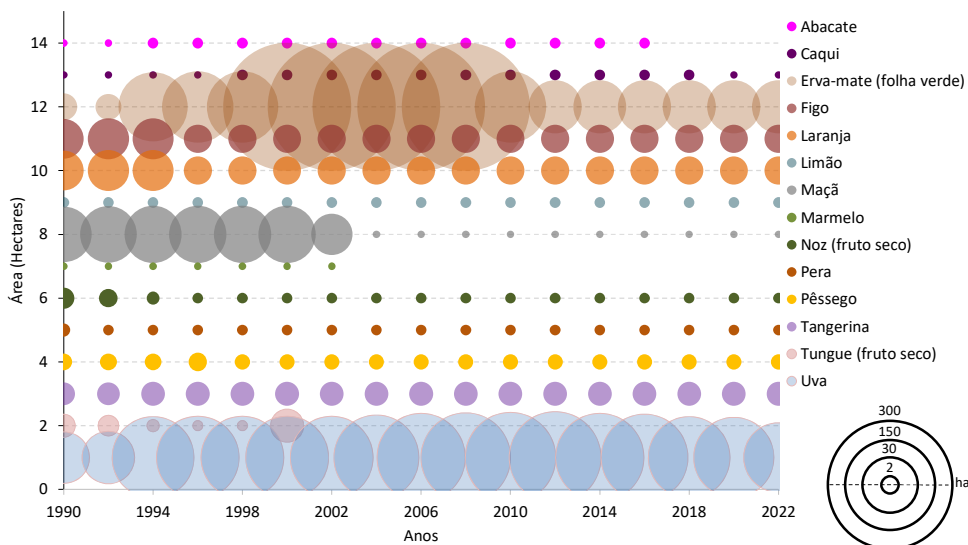
Fonte: Adaptado de Produção Agrícola Municipal (2023).

Neste recorte amostral, a escolha dos agricultores pelos sistemas produtivos ocorreu pelo conhecimento transgeracional, sazonalidade, preferências pessoais e demanda dos consumidores. Os preços praticados também foram mencionados, mas não como critério único de escolha. Já segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a escolha das culturas é influenciada pelos preços

praticados pelo mercado e pelo apelo comercial que favorece determinadas culturas. A comercialização varia conforme cada sistema produtivo, por exemplo, ovos, embutidos e hortaliças são entregues tanto para a rede de comércio do município (mercados que já são clientes) como vendidos diretamente na feira do produtor (ocorre semanalmente, nas quartas e sextas pela tarde, bem como aos sábados pela manhã). Em contrapartida, avicultura, pecuária de leite, e grãos tem a comercialização via atuação de cooperativas da região.

Os resultados do censo agropecuário de 2017, para as culturas permanentes, apontou que a agricultura familiar respondia pela maior parte dos estabelecimentos produtores de fruticultura no município através da produção de abacate (*Persea sp.*), caqui (*Diospyros sp.*), erva-mate (*Ilex paraguariensis*), laranja (*Citrus sp.*), limão (*Citrus sp.*), maçã (*Malus sp.*), noz (*Carya sp.*), pera (*Pyrus sp.*), pêsego (*Prunus sp.*), tangerina (*Citrus sp.*) e uva (*Vitis sp.*) (tanto de mesa como para produção de suco e vinho) (IBGE, 2017). Ao observar o histórico de área plantada (em hectares) desses itens (Figura 5), a erva-mate chegou a representar 63% da área plantada (em 2004), tendo hoje parcela de 29%, enquanto a maçã (que somava 30% da área em 1990) hoje tem apenas 1 hectare (0,6%) produtivo no município (Produção Agrícola Municipal, 2023).

**Figura 5.** Variação histórica da área destinada para lavoura permanente em Nova Prata.

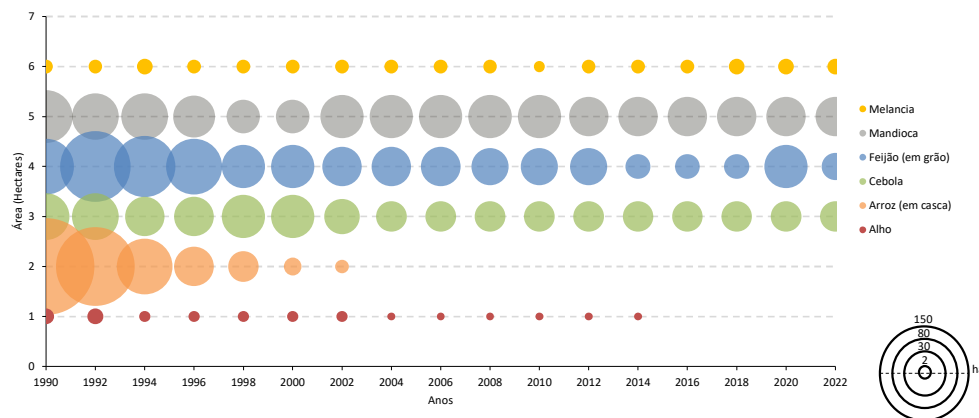


Fonte: Adaptado de Produção Agrícola Municipal (2023).

Segundo o mesmo banco de dados, constatou-se que as culturas temporárias produzidas tanto pela agricultura familiar, quanto não familiar eram amendoim (*Arachis sp.*), aveia (*Avena sp.*), batata (*Solanum sp.*), cana-de-açúcar (*Saccharum sp.*), cebola (*Allium sp.*), feijão (*Phaseolus sp.*), mandioca (*Manihot sp.*), milho (*Zea*

sp.), soja (*Glycine* sp.) e trigo (*Triticum* sp.). A produção de feijão, cebola e mandioca eram majoritariamente produzidos em unidade de agricultura familiar, e a produção de arroz (*Oryza* sp.), alho (*Allium* sp.) e melancia (*Citrullus* sp.) eram exclusivamente produzidas nestas unidades (IBGE, 2017). Ao analisar os dados de área plantada entre os anos de 1990 e 2022, nota-se a diminuição de 6,8% para as culturas mais produzidas pela agricultura familiar (Figura 6). Já para as culturas com maior representatividade, nota-se aumento da área plantada de 641% para a soja e redução de 41% para o milho, no mesmo período (Produção Agrícola Municipal, 2023).

**Figura 6.** Variação histórica da área destinada para lavoura temporária em Nova Prata



Fonte: Adaptado de Produção Agrícola Municipal (2023).

O fenômeno que ocorre em Nova Prata não é exclusivo do município em questão. O aumento da sojização avança no Rio Grande do Sul em todas as regiões, especialmente na área correspondente ao Bioma Pampa (Kuplich *et al.*, 2018; Netto; Vargas, 2019). A expansão da soja cultivada em sistema de monocultivo, em detrimento de sistemas agrícolas diversificados, tem gerado significativos impactos socioambientais, comprometendo a sustentabilidade dos agroecossistemas. As mudanças principais são a redução da biodiversidade, a degradação dos solos devido ao uso intensivo de agroquímicos, o deslocamento de culturas alimentares tradicionais e, por fim, a concentração fundiária que acentua desigualdades sociais, marginalizando agricultores familiares e povos tradicionais (Kuplich *et al.*, 2018).

Em relação à atividade pecuária do município, o Censo Agropecuário de 2017 reporta que os maiores rebanhos nas unidades de agricultura familiar eram de bovinos, suínos e galináceos, sobretudo o rebanho bovino (IBGE, 2017). Ao observar o histórico de dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (2023), nota-se que os rebanhos tiveram curvas de crescimento em diferentes períodos, como

entre 1995 - 2000 para galináceos e suínos, tendo novo crescimento entre 2010 – 2015 para o número de galináceos. A avicultura tem sido repensada nos estabelecimentos visitados, na medida em que a esteira tecnológica eleva os custos de investimento (Santos *et al.*, 2017), entrando em conflito com a gestão da unidade familiar.

A pecuária leiteira ocorre de forma intensiva nas propriedades visitadas, usualmente a principal fonte de renda. O Censo agropecuário destacou que 128 estabelecimentos de agricultura familiar do município desenvolviam essa atividade para comercialização via cooperativas (IBGE, 2017), sendo esse sistema produtivo característico dessas unidades (Schneider, 2003). Nesse segmento, os produtores assumiram a demanda tecnológica para a construção de galpões ventilados com espaço para descanso, automação de ordenha de vacas, canalização do leite, geração de energia solar fotovoltaica para a atividade, sensorização de parâmetros de bem estar animal e detecção de doenças como a mastite.

Os aspectos de gestão da propriedade que envolvem a decisão sobre a atividade, o investimento e seu retorno financeiro são complexos e ultrapassam a esfera da unidade produtiva (Ploeg, 2000) devendo ser mais debatidos local e regionalmente. De maneira geral, as propriedades visitadas utilizam mecanização em suas atividades e adotam práticas de cultivo e manejo do solo como diversificação de culturas, uso de fertilizantes naturais, adubo orgânico (principalmente em hortaliças) e químico, cobertura verde, plantio direto e correção do solo. Somente em algumas propriedades foi observada a rotação de cultura, que está mais associada aos sistemas orgânicos de produção e com as hortas para autoconsumo.

A compreensão sobre agricultura sustentável se mostrou diversa e definida pelos entrevistados como a ação de diversificar as culturas da propriedade, produzir alimentos, práticas de manejo que não danificam o solo e evitam a erosão, além de ações que conservem as áreas florestais, banhados e fontes d'água, bem como a redução do uso de agroquímicos e o aumento da produção orgânica. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais destaca a agricultura ecológica como um caminho para a agricultura familiar, mas reconhece que ainda há muitos entraves.

A educação, somada à assistência técnica, podem ser consideradas importante capital humano aos agricultores familiares (Aquino; Gazolla; Schneider, 2016) e dentre os entrevistados há um espectro variado de escolaridade, tendo a maioria concluído o ensino médio, alguns não concluído o ensino fundamental e outros com ensino superior completo. A assistência técnica foi observada entre todos os entrevistados, sobretudo fornecida pelos profissionais técnicos das empresas que compram seus produtos (cooperativas) ou vendem insumos (agropecuárias) para essas propriedades. Ainda, ocorre assistência por parte da Prefeitura (dois casos), Emater/RS-Ascar (dois casos), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (um caso) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) (um caso). O Sindicato dos Trabalhadores Rurais informou que disponibiliza assistência de técnico agrícola aos agricultores familiares que solicitam esse apoio.

A associação de agricultores familiares em organizações sindicais tem o intuito de fortalecer a classe rural (Picolotto, 2012). Atualmente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais conta com 520 associados, sendo que 40% destes são representados por mulheres, que segundo Xerri (2004), apenas partir de 1990 puderam se associar individualmente. Dentre os entrevistados, 80% estão associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e o tempo de filiação varia de 30 a 5 anos, sendo os principais interesses relatados auxílio previdenciário, auxílio com Cadastro junto ao INCRA, atendimento médico e odontológico, bem como auxílio em aspectos legais e regulatórios além de apoio técnico.

No que tange a participação dos entrevistados em associações/cooperativas, há aqueles ligados a cooperativas (crédito, beneficiamento de leite e aves) e grupos diversos como: produtores agroecológicos, Eco Capoeiras, EcoVida e Uva e Vinho, observando-se que apenas uma propriedade não participa dessas organizações. Os entrevistados participam de eventos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (como por exemplo, dia do colono e cursos de aperfeiçoamento) e das agropecuárias. Ainda, dois entrevistados relataram a participação em eventos online (relacionados com plano Safra e sobre funcionamento de Nota Fiscal Eletrônica).

O acesso a créditos rurais visa subsidiar o desenvolvimento nas propriedades e dentre as pesquisadas, todas já acessaram linhas de créditos, sobretudo por meio do PRONAF, que caracteriza-se como a principal linha de créditos aos agricultores familiares brasileiros (Grisa; Schneider, 2015). Aqui, estes créditos auxiliaram a construção de infraestrutura, compra de maquinário e viabilização da produção agrícola ao longo da trajetória das propriedades rurais. Ainda, houve menção aos programas PRONAFinho, Plano Safra, ProAgro, Mais Alimento, e instituições como BNDES e BADESUL (este, via subvenção econômica). Em 2021, o maior volume de créditos rurais, via PRONAF, foi disponibilizado ao estado do Rio Grande do Sul e 81% dos contratos destinados para custeio da produção (Feix *et al.*, 2022).

Por último, ao serem questionados sobre os desafios que são mais relevantes para sua atividade, as questões climáticas, a falta de mão de obra e a falta de incentivo público foram as mais citadas, com a questão dos preços de venda dos produtos e custo com os insumos para as culturas como citação menos frequente. Os avanços tecnológicos e a mecanização foram vistos positivamente pois suprem a falta de mão de obra e auxiliam na geração de renda. Ademais, a oportunidade de crescimento turístico rural e o incentivo para a produção de alimentos de qualidade, além da participação em feiras regionais foram destacadas positivamente.

Contudo, o incentivo na esfera municipal não foi reportado por todos os entrevistados, e dentre os que participam da feira do produtor, esta foi destacada como aspecto positivo, ainda que desejem maior divulgação do espaço de comercialização. Fica clara a importância social, cultural e econômica da agricultura familiar no município, bem como o potencial de ampliação das práticas de agricultura sustentável nas unidades familiares. Para tal, é necessário valorizar as práticas aqui já destacadas, mas também fornecer suporte técnico, financeiro e

criar espaços onde agricultores com diferentes sistemas produtivos e saberes possam compartilhar conhecimento, fortalecendo assim a agricultura familiar em Nova Prata.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir desta pesquisa que apresenta um panorama geral não exaustivo acerca da agricultura familiar, sobretudo de seus aspectos socioeconômicos e culturais, visou-se conhecer sua dinâmica atual. A organização social atestada das propriedades rurais familiares, indicou o convívio de diversas gerações em torno de práticas produtivas, algumas com forte cunho histórico, outras com viés de adoção tecnológica e rentabilidade. Conjugando qualidade de vida e resiliência para permanecer no espaço rural.

Tendo constatado ainda que além do conhecimento familiar transgeracional, alguns entrevistados enxergam esta atividade como uma oportunidade de empreendimento e qualificação profissional. Há iniciativas legítimas que desafiam a lógica da monocultura em prol de maior sustentabilidade nas práticas produtivas, conservando o meio ambiente e agregando valor ao produto. Assim, se por um lado observou-se capital social capaz de manter as unidades familiares rentáveis, por outro lado é necessário aumentar o suporte técnico e político para ampliar o alcance dessas iniciativas com a manutenção dos saberes individuais e familiares.

As atividades produtivas observadas nas unidades familiares permanecem diversificadas, atualmente apoiadas na mecanização dos estabelecimentos. Para tanto, a existência de linhas de créditos foi relevante na trajetória aqui constatada como para auxílio aos desafios apontados em permanecer financeiramente viáveis, garantir a sucessão familiar e a manutenção/melhoria das condições atuais de vida. Fica evidente a relevância do patrimônio sociocultural na relação entre as famílias e o espaço rural em que habitam, tornando-os protagonistas desse espaço. Contudo, a valorização desse patrimônio é desafio para a toda a sociedade, e não apenas para os próprios agricultores familiares.

### **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Ney Garcez. Evolução territorial de Lagoa Vermelha-RS. Passo Fundo: Méritos, 2008.

ALTIERI, Miguel Angel. Biotecnologia agrícola: mitos, riscos ambientais e alternativas. Porto Alegre: EMATER- RS, 2002.

ALTIERI, Miguel Angel. Sustainability and the Rural Poor: A Latin American Perspective. In: ALLEN, Patricia. Food for the future. New York: John Wiley & Sons, 1993.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

ALVARES, Clayton Alcarde et al. Köppen's climate classification map for Brazil. Meteorologische zeitschrift, v. 22, n. 6, 2013.

ALVES, Raimundo Nonato Brabo. Características da agricultura indígena e sua influência na produção familiar da Amazônia. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2001.

AQUINO, Joacir Rufino; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Um retrato do lado pobre da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Sul. Redes: revista do desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul, RS. v. 21, n. 3, 2016.

ATLAS BRASIL. ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Territorialidades e indicadores selecionados. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha> >. Acesso em: Set. 2024.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, e dá outras providências. Brasília, junho de 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1946.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm) . Acesso em: out. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília, maio de 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm) . Acesso em: out. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm) . Acesso em: out. 2023.

BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. Perspectiva de permanência no campo: Estudo dos jovens rurais de Alto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil. Revista Espacios, v. 38, n. 29, 2017.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Boletim da Agricultura Familiar. Brasília, DF, v. 1, n. 1, 2021.

BRUMER, Anita et al. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Coord.). Agricultura familiar: comparação internacional. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília, 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto. Transição Agroecológica e o papel da Extensão Rural. Extensão Rural, Santa Maria, v. 27, n. 3, p. 7-19, 2020.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto; PAULUS, Gervásio; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. Brasília, 2009.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 01, p. 22-55, 2001.

COSTABEBER, José Antônio; CAPORAL, Francisco Roberto; WIZNIEWSKY, José Geraldo. O conceito de transição agroecológica: contribuições para o redesenho de agroecossistemas em bases sustentáveis. In: GOMES, João Carlos Costa; DE ASSIS, William Santos. Agroecologia: princípios e reflexões conceituais. Brasília, DF: Embrapa, 2013.

COSTABEBER, José Antônio; MOYANO, Eduardo. Transição agroecológica e ação social coletiva. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 1, n. 4, p. 50-60, 2000.

DE ANDRADE, Miguel Lovois. A abordagem sistêmica da unidade de produção agrícola. In: WAGNER, Saionara Araújo et al. Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

DE OLIVEIRA, Ana Luisa Araujo; DE OLIVEIRA, Luiz Paulo Araujo. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e as políticas públicas de preservação da natureza: reflexões sobre o Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651/2012). Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento, v. 12, n. 2, p. 25-42, 2018.

DEE/SPGG. DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. PIB Municipal. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/pib-municipal> . Acesso em: 18 out. 2024.

DELGADO, Guilherme Costa. Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985. São Paulo: Ícone: Campinas, UNICAMP. 1985.

EHLERS, Eduardo. O que se entende por agricultura sustentável? São Paulo: USP. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FEIX, Rodrigo Daniel et al. Painel do agronegócio do Rio Grande do Sul - 2022. Porto Alegre: SPGG, 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. Políticas fundiárias no Brasil. Uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. International Land Coalition. Roma, 2012.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.

GRISA, Catia. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. Desenvolvimento em Debate, v. 1, n. 2, 2010.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A " produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. Agroalimentaria, v. 16, 2010.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. Revista de economia e sociologia rural, v. 52, p. 125-146, 2014.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

HARARI, Yuval Noah. Sapiens: Uma breve história da humanidade. Editora, L&PM, 2015.

HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 5, 2001.

IBGE. SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA – SIDRA. Censo Agropecuário 2017. Resultados Definitivos. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017/resultados-definitivos> . Acesso em: Set. 2024.

IBGE. SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA – SIDRA. Censo Agropecuário 1995-1996. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-1995-1996> .Acesso em: Set.2024.

IBGE. SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA – SIDRA. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial> . Acesso em: Set. 2024.

IBGE. SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA – SIDRA. Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios> .Acesso em: Set. 2024.

IBGE. SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA – SIDRA. Censo Demográfico 2000. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2000/inicial> .Acesso em: Set. 2024.

IBGE. SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA – SIDRA. Pesquisa Agrícola Municipal 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>> . Acesso em: Set. 2024.

IBGE. SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA – SIDRA. Pesquisa da Pecuária Municipal 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas/brasil/2023>> . Acesso em: Set. 2024.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Manual técnico da vegetação brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro, 2012.

INCRA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Módulos Fiscais. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/modulo-fiscal> . Acesso em: out. 2024.

KUPLICH, Tatiana Mora; CAPOANE, Viviane; COSTA, Luis Fernando Flenik. O avanço da soja no bioma Pampa. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, n. 31, p. 83-100, 2018.

LIMA, Antônia Francisca; SILVA, Edvânia Gomes de Assis; IWATA, Bruna de Freitas. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. Retratos de Assentamentos, v. 22, n. 1, p. 50-68, 2019.

LOPES, Paulo Rogério; LOPES, Keila Cássia Santos Araújo. Sistemas de produção de base ecológica—a busca por um desenvolvimento rural sustentável. REDD—Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, v. 4, n. 1, 2011.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. Revista Econômica do Nordeste, v. 45, n. 5, 2014.

MIGUEL, Lovois de Andrade; MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. Abordagem sistêmica e sistemas agrários. In: MIGUEL, Lovois de Andrade (Org.). Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

MORAES, Fernando Dreissig; CUNHA, Laurie Fofonka. Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul 1809- 2018. Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre: SPGG, 2018.

NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander. A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: Ipea, 2010.

NETTO, Tatiane Almeida; DE VARGAS, Daiane Loreto. Territorialização da soja no contexto da agricultura familiar na fronteira Brasil/Uruguai. Geosul, v. 34, n. 71, p. 428-447, 2019.

NOVA PRATA. O Município: Nossa História. Disponível em: <https://www.novaprata.rs.gov.br/page/1>. Acessado em: Jan, 2024.

ORGANIS. Panorama do consumo de orgânicos no Brasil 2023. Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2017/10/ciorganicos-20230616-141015.pdf>. Acesso em: Nov. 2024.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. O sindicalismo da agricultura familiar e a construção da pauta ambiental no Sul do Brasil. REDD—Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, v. 5, n. 1, 2012.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. Revista de economia e sociologia rural, v. 52, p. 63-84, 2014.

PIMENTEL, David et al. Food production and the energy crisis. Science, v. 182, n. 4111, 1973.

PLOEG, Jan Douwe Van der. Revitalizing agriculture: farming economically as starting ground for rural development. Sociologia ruralis, v. 40, n. 4, p. 497-511, 2000.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. 6. Ed. – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental, 2021. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br> . Acessado em: Set, 2024.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Thamara Oliveira dos et al. Reflexos da tecnologia de automação nos resultados econômicos de aviários integrados a uma empresa do ramo avícola. Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2017.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade social. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, 2003.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Monitoramento Plano Municipal de Educação. Disponível em: <https://www.smeconp.com.br/banco/metas/09.html> . Acessado em: Set, 2024.

STAMBERG, Adilson. Modelo teórico metodológico para análise sistêmica da unidade de produção agrícola. Revista GESTO: Revista de Gestão Estratégica de Organizações, v. 10, n. 1, 2022.

VEIGA, José Eli. Agricultura familiar e sustentabilidade. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 13, n. 3, p. 383-404, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 2, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Estudos sociedade e agricultura, 2003.

XERRI, Eliana Gasparini. Nova Prata: uma incursão na história. Caxias do Sul, RS: Educus, 2004.

XERRI, Eliana Gasparini. Um espanhol doa terras para imigrantes italianos: capoeiras – Nova Prata/RS. In: RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. 145 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Caxias do Sul, RS: Educus, 2021.

Contato com o autor: [daia\\_vendramin@hotmail.com](mailto:daia_vendramin@hotmail.com)

Recebido em: 30/06/2025

Aprovado em: 12/11/2025